



**AO REDOR DA MINHA PELE: UMA REVISÃO NARRATIVA SOBRE A  
MARGINALIZAÇÃO DO CORPO TRANS-TRAVESTI NA SOCIEDADE  
CONTEMPORÂNEA**

***AROUND MY SKIN: A NARRATIVE REVIEW OF THE  
MARGINALIZATION OF THE TRANS-TRAVESTI BODY IN  
CONTEMPORARY SOCIETY***

***ALREDEDOR DE MI PIEL: UNA REVISIÓN NARRATIVA SOBRE LA  
MARGINALIZACIÓN DEL CUERPO TRANS-TRAVESTI EN LA  
SOCIEDAD CONTEMPORÁNEA***

**DANDARA CAMÉLIA DA SILVA DOMINGUES**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Psicóloga e Mestra em Ciências do Envelhecimento pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Brasil. E-mail: [psidandaradomingues@gmail.com](mailto:psidandaradomingues@gmail.com).

**PRISCILA LARCHER LONGO**

Bióloga, Mestra e Doutora em Ciências (Microbiologia) pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu. Brasil. E-mail: [pplongo@gmail.com](mailto:pplongo@gmail.com)

**RODRIGO JORGE SALLES**

Psicólogo, Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu. Brasil. E-mail: [rodrigojsalles@hotmail.com](mailto:rodrigojsalles@hotmail.com).

**RESUMO**

Este estudo examina a marginalização do corpo trans-travesti na sociedade contemporânea, com ênfase nos efeitos da ideologia, do estigma e da transfobia sobre essas pessoas. Utilizando uma pesquisa narrativa crítica baseada na literatura acadêmica, acessada em bases de dados de trabalhos científicos, o estudo explora a cisnormatividade e o “pacto narcisista cisgênero” como fatores que reforçam estruturas de dominação e a patologização das trans-travestilidades. A discussão revela como discursos científicos e institucionais sustentam estigmas e discriminação contra identidades transgêneras. Conclui-se que há uma necessidade urgente de





repensar normas e práticas institucionais que perpetuam a marginalização dessas identidades.

**Palavras-chave:** Pessoas transgênero; Marginalização social; Cisnormatividade; Transfobia.

### ABSTRACT

This study examines the marginalization of the trans-travesti body in contemporary society, emphasizing the effects of ideology, stigma, and transphobia on these individuals. Using a critical narrative research approach based on academic literature sourced from scientific databases, the study explores cisnormativity and the “narcissistic cisgender pact” as factors that reinforce structures of domination and pathologize trans-travesti identities. The discussion reveals how scientific and institutional discourses sustain stigma and discrimination against transgender identities. The study concludes that there is an urgent need to rethink norms and institutional practices that perpetuate the marginalization of these identities.

**Keywords:** Transgender people; Social marginalization; Cisgender people; Domination-subordination.

### RESUMEN

Este estudio examina la marginación del cuerpo trans-travesti en la sociedad contemporánea, con énfasis en los efectos de la ideología, el estigma y la transfobia sobre estas personas. Utilizando un enfoque de investigación narrativa crítica basada en la literatura académica, obtenida de bases de datos de trabajos científicos, el estudio explora la cisnormatividad y el “pacto narcisista cisgénero” como factores que refuerzan estructuras de dominación y patologizan las trans-travestilidades. La discusión revela cómo los discursos científicos e institucionales sostienen estigmas y discriminación contra identidades transgénero. Se concluye que existe una necesidad urgente de replantear las normas y prácticas institucionales que perpetúan la marginación de estas identidades.

**Palabras clave:** Personas transgénero; Marginación social; Personas cisgénero; Dominación-subordinación.

## 1 INTRODUÇÃO

Em sua obra, Preciado (2022) argumenta que a sociedade está imersa em um “regime de diferença sexual” que a todos(as/es) envolve em um complexo “dispositivo político”, independentemente de alguns(mas) indivíduos(as) se identificarem como “homens e mulheres naturais” (p. 11). No início de seu livro, “Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas”, Preciado (2022) faz uso de uma metáfora envolvendo o texto de Franz Kafka (1917, 2016), “Um relatório para uma Academia”. Neste texto, o autor explora a história de Pedro Vermelho, um





macaco que, após adquirir a linguagem humana, prestou um relato perante as autoridades científicas sobre os impactos que a evolução humana teve em sua vida.

Para ser "aceito" na sociedade dos humanos, Pedro Vermelho descreve a necessidade de abrir mão de sua existência como macaco e lançar no esquecimento sua verdadeira identidade. Para enfrentar as violências desse novo mundo e esquecer o que havia sacrificado em nome de sua aceitação, o macaco tornou-se alcoólatra. Preciado (2022), no entanto, ressalta que o processo de integração do animal na sociedade humana não foi um ato de emancipação ou uma escolha de sua parte, mas sim uma imposição inevitável.

Nas palavras do autor, o sentimento de Pedro Vermelho era: "se não quisesse morrer trancado numa jaula, teria de passar à "jaula da subjetividade humana" (PRECIADO, 2022, p. 13). Nessa conjunção, o teórico explicita que, perante aquela audiência de psicanalistas, ele estava falando a partir de sua própria "jaula", que representava sua identidade como homem trans ou, como ele mesmo descreve, "um corpo marcado pelo discurso médico e jurídico como "transexual" (PRECIADO, 2022, p. 13-14).

Após destacar sua identidade como um "macaco" contemporâneo, fazendo uma analogia com Pedro Vermelho de Kafka (2016), Preciado (2022, P. 14) apresentou-se como "Eu sou o monstro que vos fala"; a noção de "monstro", segundo sua perspectiva, refere-se a um corpo moldado e construído por discursos e práticas clínicas. Para o autor, o "monstro" passaria agora a expressar-se não como um "paciente", mas como um "cidadão" ou um "igual monstro".

Em seguida, Preciado (2022) enfatizou que, devido à sua identidade de gênero, a medicina, o direito, a psicanálise, a psiquiatria e todo o sistema científico não reconhecem seu direito de se expressar como especialista sobre sua própria experiência, nem "de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento" (p. 14). Utilizando o autor como ponto de partida para as discussões deste estudo, é fundamental compreender que a ausência de uma reconhecimento adequada dos corpos trans-travestis<sup>1</sup> é uma questão histórica, política, científica e social (PRECIADO, 2022). Essa falta de reconhecimento sempre derivou de uma perspectiva externa, que nunca concedeu às pessoas trans-travestis a oportunidade de expressarem suas

<sup>1</sup> Com base em Iazzetti e Mascarenhas (2024), o termo "trans/travesti" será utilizado para evitar que a identidade "travesti" seja apagada no contexto latino-americano, onde essa identidade é frequentemente englobada pelo termo guarda-chuva "trans". Embora "travesti" possa ser considerada parte do termo "trans", a escolha visa preservar sua especificidade histórica e cultural.





experiências com legitimidade, ou, em primeira pessoa (SIMAKAWA, 2015; PRECIADO, 2022).

Nesse contexto, as percepções coletivas e individuais são profundamente moldadas por influências políticas e ideológicas. Essas influências resultam em representações sociais frequentemente marcadas por elementos de tragédia, repulsa e marginalização. Os padrões comunicativos vigentes contribuem de maneira persistente para a construção e manutenção de sistemas simbólicos que reforçam a exclusão das identidades trans-travestis (ANDRADE, 2012; RODOVALHO, 2017; SANTOS, 2019).

Quando uma agência social transgênera transgride as normas estabelecidas e ousa mover seu corpo das margens para o centro do discurso social, o sistema de significados partilhados reage com uma rigidez quase ontológica (ANDRADE, 2012). Esse processo visa preservar a ordem simbólica vigente, reafirmando os padrões normativos que definem os corpos "normais" de forma rígida, inquestionável e canônica (ANDRADE, 2012; RODOVALHO, 2017; SANTOS, 2019).

Assim, a ideologia desempenha um papel central na formação das estruturas sociais ao naturalizar e universalizar os interesses das classes dominantes, projetando-os como verdades inquestionáveis (GRESPLAN, 2021). Esse processo ideológico não apenas estrutura as relações de classe, mas também regula a inscrição dos corpos e identidades no campo social, sendo estes estigmatizados, desumanizados e carimbados enquanto "minorias".

No caso das pessoas trans-travestis, a ideologia dominante, imbricada nas normas cisgêneras, constrói representações estigmatizantes que desumanizam e objetificam esses corpos, privando-os(as) de legitimidade e cidadania. Essas normas operam no nível da performatividade de gênero, onde corpos que não se conformam às expectativas cis-heteronormativas são marginalizados e considerados "inteligíveis" apenas quando se adequam às convenções binárias de gênero (JESUS, 2013; BUTLER, 2019).

A transfobia, por sua vez, funciona como um mecanismo de abjeção, ao expulsar trans-travestilidades da ordem social considerada aceitável, classificando-os(as) como seres abjetos. Essa abjeção serve para manter a cisnormatividade, reforçando o controle sobre a inteligibilidade e legitimidade dos corpos no tecido social, perpetuando a marginalização e exclusão das pessoas trans-travestis (KRISTEVA, 1982; JESUS, 2013; BENTO, 2017).





Assim, a presente investigação se justifica pela necessidade urgente de compreender os mecanismos pelos quais as ideologias dominantes e as estruturas sociais perpetuam a exclusão, a marginalização e a violência contra pessoas transgêneras no cenário atual. Diante disso, o objetivo central deste estudo é investigar como as ideologias dominantes e as estruturas sociais contribuem para a estigmatização, marginalização e violência contra pessoas transgêneras, analisando os mecanismos de exclusão social, estigma e abjeção, e explorando como esses processos são perpetuados através de pactos sociais e a cisnormatividade.

## 2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa narrativa (teórica e crítica), metodologia que se caracteriza pela coleta e análise de histórias e narrativas sobre um tema específico, permitindo à pessoa investigadora compreender criticamente um fenômeno social (PAIVA, 2008). Para tanto, desenvolveu-se uma análise crítica dos mecanismos pelos quais as ideologias dominantes e as estruturas sociais contribuem para a estigmatização, marginalização e violência contra pessoas transgêneras na sociedade contemporânea.

Por conseguinte, a questão central deste estudo é: de que maneira as ideologias de dominação de classe e os pactos sociais influenciam na construção e perpetuação da transfobia na sociedade contemporânea, levando em consideração a estigmatização, abjeção e violência sistemática contra trans-travestilidades? Dito isto, realizou-se uma extensa revisão da literatura a partir de livros físicos, bibliotecas de universidades e bases de dados científicas (SciELO, Pepsic, Google Scholar e Biblioteca de Dissertações e Teses da CAPES), selecionando obras fundamentais que abordam os conceitos centrais do estudo: ideologia, estigma, abjeção, cisnormatividade e pactos sociais.

Este trabalho tomou como expoentes teóricos Karl Marx e Friedrich Engels (1818-1883, 2007), que forneceram a base para a compreensão da ideologia como instrumento de dominação de classe, onde as ideias da classe dominante tornam-se hegemônicas. As teorias de Erving Goffman (2004) e Berenice Bento (2017) sobre estigma e abjeção foram fundamentais para analisar a exclusão e desumanização de corpos que desviam das normas sociais.





Além disso, Cida Bento (2022) e Pfeil e Pfeil (2024a, 2024b) exploram pactos narcísicos – da branquitude e cisgênero, respectivamente – que perpetuam privilégios e marginalizam identidades trans-travestis. A inclusão de Jaqueline Gomes de Jesus (2012, 2013) e Amara Moira Rodvalho (2017) permitiu aprofundar a compreensão das construções de gênero e da importância da autopercepção na identidade de gênero.

No seguimento deste estudo, a discussão e os resultados estruturam-se em três tópicos: o primeiro, “Corpo, Estigma e Identidade: A Construção do ‘Espantalho Trans’ no Tecido Social Contemporâneo”, analisa o corpo trans-travesti como fenômeno social carregado de significados culturais e simbólicos, discutindo como ele desafia normas de gênero e se torna alvo de estigmatização e exclusão.

O segundo tópico, “Transfobia, Abjeção e Poder: A Violência Sistêmica contra Corpos Trans-Travestis”, explora a transfobia como estrutura de exclusão sustentada pela sociedade, analisando o conceito de abjeção e biopoder. Por fim, o terceiro tópico, “Ideologia, Classe e Cisnormatividade: A Dominação Ideológica e a Marginalização de Identidades Trans-Travestis”, aborda a cisnormatividade como dominação ideológica, destacando como a classe dominante impõe a cisgeneridade como norma e reforça desigualdades.

### **3 CORPO, ESTIGMA E IDENTIDADE: A CONSTRUÇÃO DO “ESPANTALHO TRANS” NO TECIDO SOCIAL CONTEMPORÂNEO**

O corpo transcende sua materialidade ao se configurar como uma questão simbólica repleta de significados, bem como um objeto central nas representações e imaginários sociais. Assim, tal fenômeno é inextricavelmente moldado pelas dinâmicas do contexto social e cultural no qual as(os) indivíduos(os), atuando como agentes sociais, estão inseridas(os). Dessa forma, o corpo emerge como um vetor semântico fundamental, o qual não apenas facilita as interações da(o) sujeita(o) com o mundo circundante, mas também desempenha um papel crucial na construção dessas mesmas relações (LE BRETON, 2021).

Conceber o corpo como um "rascunho", conforme proposto por Le Breton (2003), implica na compreensão de que ele é continuamente moldado por desejos subjetivos e intersubjetivos. Essa visão reflete como as angústias e expectativas





projetadas pela sociedade podem incitar o(a) indivíduo(a) a questionar seu próprio corpo e/ou sua autoimagem. A analogia do "rascunho" utilizada por Le Breton (2003) ressalta a natureza não estática e evolutiva do corpo, destacando-o como um campo de expressão e identidade sujeito a constante estado de vir a ser, refletindo tanto as influências externas quanto as escolhas e resistências individuais (LE BRETON, 2003, 2021).

Le Breton (2003, 2021) articula a visão do corpo como um "texto" aberto a múltiplas interpretações, enfatizando o processo dinâmico pelo qual os significados são constantemente renegociados entre a(o) indivíduo(o) e o tecido social ao qual pertence. Tal processo de negociação destaca o corpo não apenas como um receptor passivo de influências externas, mas também como um agente ativo na sua própria redefinição e na articulação de sua identidade.

O processo de estranhamento de um corpo em relação a um grupo pode fabricar espantalhos, ou seja, representações estigmatizantes, percepções negativas e narrativas depreciativas acerca desse(a) indivíduo(a). Essa dinâmica estabelece um cenário no qual o corpo em questão é suscetível à exclusão, estigmatização e, em casos extremos, à eliminação (GOFFMAN, 2004; BECKER, 2008; MARTINS, 2021).

No entanto, é importante reconhecer que os símbolos, significados, normas e estereótipos, mesmo sendo parte integrante da teia de significados compartilhados nos grupos sociais (GEERTZ, 1989), não isentam os corpos que deles desviam de enfrentarem consequências significativas. Segundo Becker (2008), aqueles(as) que se afastam ou transgridem esses elementos coletivamente aceitos tornam-se suscetíveis a estigmas e à exclusão social. Esta vulnerabilidade aos estigmas reflete uma dinâmica social mais ampla, na qual a sociedade estabelece e perpetua formas específicas de categorizar as pessoas, impondo rótulos que distinguem os corpos considerados "comuns" e "naturais" daqueles vistos como "estranhos" (GOFFMAN, 2004).

Como seres intrinsecamente sociais, é através das rotinas das interações coletivas em grupos específicos que se facilita o encontro e o estabelecimento de vínculos entre pessoas (GOFFMAN, 2004; MOSCOVICI, 2007). Nesse contexto, a introdução de um(a) indivíduo(a) com um "corpo estranho" — entendido aqui como alguém cuja aparência, comportamento ou identidade se desvia das normas estabelecidas — desencadeia um processo de exame e categorização baseado na sua "identidade social". Esse processo é orientado por pré-concepções existentes





dentro do grupo, onde as expectativas e exigências normativas aplicadas ao "corpo estranho" são particularmente rigorosas (LOURO, 2001; GOFFMAN, 2004).

Este escrutínio e a subsequente categorização são cruciais para entender como as identidades sociais são construídas e mantidas dentro de grupos. O "corpo estranho" torna-se um ponto focal através do qual as normas e valores do grupo são reafirmados, funcionando tanto como um teste para a coesão do grupo quanto como um espelho das suas normas. As reações ao "corpo estranho" podem variar desde a aceitação e integração até a estigmatização e exclusão, dependendo de quão flexíveis ou rígidas são as normas e de como a diferença é percebida em relação à identidade coletiva do grupo. Assim, o tratamento de corpos que desviam do normativo revela muito sobre os valores, as crenças e as dinâmicas de poder subjacentes a essas comunidades sociais (GOFFMAN, 2004).

Goffman (1963/2004), em sua obra sobre estigma e a manipulação da identidade deteriorada, discute como os grupos sociais constantemente estabelecem critérios que definem as expectativas em relação ao(a) outro(a). Esses critérios delineiam os atributos que um(a) indivíduo(a) deve possuir para ser considerado(a) "natural", "comum", ou, por outro lado, "estranho"(a), moldando assim sua identidade social percebida.

Quando um(a) ente social com um "corpo estranho" é apresentado(a), os grupos têm a propensão a destacar essa diferença. Esse destaque pode levar a uma percepção do(a) sujeito(a) como "uma espécie menos desejável" e, nos casos mais extremos, como "uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca", conforme aponta Goffman (2004, p. 6).

Esta dinâmica de estigmatização resulta na redução da pessoa a uma identidade diminuída, distante da concepção de um ser humano comum e pleno, transformando-o(a) num(a) sujeito(a) considerado(a) inferior ou "estragado(a)". Goffman (2004) explora como essa redução não apenas altera a maneira como o(a) indivíduo(a) é visto(a) pelos(as) outros(as), mas também pode afetar profundamente a sua autopercepção e interações sociais futuras. A identidade social do(a) sujeito(a), portanto, fica vulnerável às construções e interpretações dos grupos aos quais ele(a) está exposto(a), destacando o poder dos contextos sociais em moldar e, em muitos casos, restringir a expressão da individualidade. Sobre isso, o sociólogo alega que:







Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2004, p. 6).

Neste contexto, Goffman (2004) destaca como os atributos considerados indesejáveis por um grupo emergem quando estão em desacordo com os estereótipos previamente estabelecidos para certos tipos de pessoas. O estigma, então, é empregado de maneira depreciativa e invariavelmente resulta no descrédito do ator e/ou atriz social alvo. Utilizar o estigma para desmoralizar alguém serve não apenas a esse propósito de exclusão, mas também funciona como um mecanismo de reafirmação da normalidade dos(as) demais membros(as) do grupo. Assim, enquanto alguns atributos são delineados para diminuir ou marginalizar, eles simultaneamente existem para assegurar que os membros do grupo se conformem ao padrão aceitável, saudável e moralmente aprovado pelo coletivo.

Goffman (2004) identifica três categorias de estigma: abominações do corpo, culpas de caráter individual e estigmas tribais. Na primeira categoria, incluem-se as características percebidas como deformidades corporais, socialmente estigmatizadas. A segunda categoria engloba aspectos relacionados a escolhas pessoais ou falhas morais, onde o autor inclui a homossexualidade, vícios, transtornos mentais, adicções, privação de liberdade e tendências a radicalismos políticos. Na terceira categoria, ele discute estigmas associados a raça, nação e religião, que podem ser "transmitidos por linhagem" (p. 7).

Ao explorar a teoria Goffmaniana do estigma no contexto trans-travesti, Podestà (2019) argumenta que dois tipos de estigmas são particularmente relevantes: as abominações do corpo e as culpas de caráter individual. Ele sugere que o processo de autoafirmação de gênero desafia as normas cisgêneras estabelecidas, visto que as mudanças corporais durante este processo são frequentemente interpretadas como um projeto pessoal de reivindicação de uma identidade transgênera. Esta ruptura evidencia um corpo em transformação que, embora sutil, é socialmente percebido como um desvio da "normalidade" cisgênera.

Podestà (2019) ainda destaca que, frequentemente, na sociedade, indivíduos(as) portam marcadores corporais que desafiam a ordem compulsória de gênero, estabelecida por noções biologizantes e binárias. Por exemplo, a associação do pênis com o homem e da vagina com a mulher serve para definir o que é





considerado masculino ou feminino. Essa estigmatização ocorre de maneira depreciativa, onde tais marcadores são utilizados para dominar a identidade social das pessoas, promovendo discriminação e inferiorização nas interações sociais. Esta dinâmica não só restringe as possibilidades de vida, como também limita a expressão das pluralidades de identidades (GOFFMAN, 2004).

A perpetuação do estigma, ou a representação social negativa de algo ou alguém, depende crucialmente da linguagem e da comunicação dentro das relações grupais, conforme explorado tanto por Goffman (2004) quanto por Moscovici (2007). A disseminação e a manutenção de estigmas dentro de uma comunidade podem ocorrer por meio da criação de "espantalhos" e dos sentimentos aversivos que essas representações provocam nos membros do grupo (MARTINS, 2021).

Conforme delineado no Dicionário Online de Português (2009-2024), "espantalho" é um termo polissêmico, originalmente designado como um artefato, geralmente um boneco, empregado nos campos agrícolas com o intuito de dissuadir aves indesejadas e predadoras. Em sentido figurado, refere-se a alguém tido como inútil ou de aparência desfavorável.

Martins (2021) expande essa análise, destacando como a ambiguidade na interpretação deste termo gera uma complexidade que se enraíza profundamente na estrutura coletiva. Para ele, o "espantalho" é um fenômeno social utilizado para a "criação decorrente de uma representação social negativa atuando em conjunto com estímulos emocionais relacionados ao medo e à raiva" (p. 2).

A menção de um espantalho desperta, de imediato, uma gama de imagéticas e simbologias que estão firmemente incrustadas na memória coletiva. Ressaltando a capacidade deste conceito em transcender suas origens literais para se estabelecer como uma percepção social duradoura e evolutiva, o espantalho torna-se transmissível através das gerações (MARTINS, 2021). Empregando essa analogia para a proposição de um "espantalho trans" ilumina-se a maneira pela qual as sociedades utilizam símbolos culturais e coletivos para marginalizar e reprimir corpos rotulados como transgressores, desobedientes e/ou desviados (MOSCOVICI, 2007; MARTINS, 2021; BAGAGLI; ATHAYDE, 2023; BENEVIDES, 2023).

Enquanto Goffman (2004) identifica o que é incongruente com as normas grupais como "estranho", Becker (2008) adentra essa discussão sob outra ótica: ele observa que, uma vez que uma norma é estabelecida dentro de um grupo, qualquer pessoa que venha a desafiá-la é subsequentemente marcada como um *outsider*, ou





seja, alguém que se desvia das expectativas e normas sociais estabelecidas pelo grupo. Este rótulo de *outsider* não apenas categoriza a pessoa como diferente ou desviante, mas também pode influenciar significativamente a maneira como ela é percebida e tratada pelos demais membros do grupo.

A ideia do "espantinho trans" como um "corpo estranho" e/ou "*outsider*" pode ser interpretada à luz das teorias de Goffman (2004) e Becker (2010), fornecendo um exemplo vívido de como os conceitos de estigma, identidade deteriorada, e desvio normativo operam na prática. Bagagli e Athayde (2023) expandem a discussão sobre como o espantinho é criado socialmente para forjar a noção de uma "ameaça trans", especialmente dirigida a crianças e adolescentes. Segundo elas, a verdadeira ameaça reside no medo e resistência da coletividade de estabelecer um mundo mais inclusivo e justo para todas as pessoas.

Benevides (2023) argumenta que o espantinho, no contexto da transgeneridade, é um elemento utilizado para fabricar pânico e medo. Dessa forma, pode-se entender o "espantinho trans" como uma reflexão sobre os limites da aceitação social, exclusão, desvio, pânico moral e marginalização. Trata-se de um instrumento de dissuasão do indesejável que se transforma em um espelho das práticas sociais que buscam desencorajar e invisibilizar as identidades e expressões de gênero que desafiam as normas estabelecidas, apontando para a necessidade de visitar e questionar as estruturas que sustentam tais mecanismos de exclusão (RODOVALHO, 2017; BONASSI, 2017; MARTINS, 2021; BENEVIDES, 2023; BAGAGLI; ATHAYDE, 2023).

O pânico moral, conforme delineado por Miskolci (2007), representa uma ferramenta de controle e resistência diante das transformações sociais, instrumentalizando o medo social em face de mudanças percebidas como ameaçadoras. No contexto das práticas homossexuais, o autor argumenta que essa forma de pânico, ao ser associada a uma suposta ameaça à ordem estabelecida, passa a ser vista como o epicentro de um desvio da normalidade.

Desse modo, torna-se objeto de preocupação, personificando os receios de uma sociedade com padrões de comportamento rigidamente delineados. Miskolci (2007) sugere que esses temores em relação à suposta degeneração da sexualidade servem como uma cortina de fumaça, encobrindo o receio a transformações profundas na sociedade, especialmente no que diz respeito à instituição familiar concordando, portanto, com Bagagli e Athayde (2023) e Benevides (2023).





Por fim, esse mecanismo de pânico moral estende-se à comunidade LGBTQIA+ como um todo, inclusive às identidades de gênero percebidas como ameaçadoras à ordem social. Nesse cenário, termos como "ideologia de gênero" emergiram e acusações de afronta à família e impactos negativos sobre as crianças e a educação ganharam destaque em discursos públicos, perpetuando uma constante ameaça à agenda transgênero, convertendo-se em distintas violências transfóbicas (REIS; EGGERT, 2017).

#### **4 TRANSFOBIA, ABJEÇÃO E PODER: A VIOLÊNCIA SISTÊMICA CONTRA CORPOS TRANS-TRAVESTI**

Especificamente no contexto do espantinho trans-travesti, esse mecanismo de exclusão desdobra-se na transfobia, ilustrando as multifacetadas camadas de discriminação enfrentadas por indivíduos(os) transgêneros na sociedade (JESUS, 2013). O termo "transfobia" abrange o medo irracional, ódio e a hostilidade direcionados a pessoas trans-travesti, juntamente com a vulnerabilidade social e as elevadas incidências de violência que essas pessoas enfrentam. Jesus (2013, p. 105) articula que esta hostilidade ocorre porque pessoas trans-travestis ainda não são reconhecidas como seres humanos completos, mas sim como "seres abjetos", o que as submete a uma extrema exclusão e descredibilização de sua cidadania.

Neste contexto, a transfobia manifesta-se não apenas como um fenômeno de aversão, mas também como uma forte resistência cultural contra a transgressão das fronteiras de gênero, marcada por medo e hostilidade em relação àqueles(as) que habitam essas fronteiras (JESUS, 2013). Segundo Rodrigues, Carneiro e Nogueira (2021), é essencial adotar uma conceituação ampla ao discutir os diversos modos de inscrição social, cultural e ideológica da transfobia. Para esses(as) pensadores(as), a transfobia representa as formas de opressão violentamente dirigidas a quem desafia as normas impostas.

Bento (2014, p. 1) aborda a necessidade de compreender a transfobia por meio do conceito de "transfeminicídio", que ela define como "uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans-travesti no Brasil, motivada pelo ódio e nojo". Este fenômeno é caracterizado pela violência que frequentemente é motivada por questões de gênero, e ocorre predominantemente em espaços





públicos, locais onde a identidade de gênero das vítimas não é aceita, mas sim deslegitimada.

Além disso, Bento (2014) ressalta que tais atos de violência também têm início em ambientes privados e domésticos, incluindo o seio familiar, o que evidencia a profundidade e a complexidade da transfobia na sociedade. Ela observa que os assassinatos de pessoas trans-travestis são muitas vezes rituais, marcados pelo uso exagerado de violência, como múltiplos tiros, pedradas e facadas, além de outras formas de brutalidade que destacam a natureza espetacularizada desses crimes. Esta análise sublinha a urgência de abordar a transfobia não apenas como um problema de intolerância individual, mas como uma questão enraizada nas estruturas sociais e culturais que demanda uma resposta política e social coordenada e eficaz.

Conforme discutido por Jesus (2013), a transfobia e o conseqüente não reconhecimento dos corpos trans-travestis estão intrinsecamente ligados ao fenômeno da abjeção. Esses corpos são frequentemente percebidos como abjetos, ou seja, como entidades que desafiam as categorias normativas e provocam repulsa.

Figari e Díaz-Benítez (2009) expandem essa discussão definindo a abjeção como um qualificador emocional que estranha e hierarquiza as relações sociais, associando-a a noções de contaminação e animalidade humana. Esta caracterização ressalta como a abjeção contribui para a marginalização e desumanização de grupos específicos dentro da sociedade. Por sua vez, Podestà (2019) enfoca as identidades transgêneras e reitera que a abjeção é frequentemente o catalisador para crimes de ódio, que são perpetrados com extrema violência.

É fundamental destacar que o conceito de abjeção é amplamente explorado por Julia Kristeva em suas obras sobre psicanálise e teoria feminista, em particular no seu texto seminal "*Powers of Horror: An Essay on Abjection*"<sup>2</sup>, publicado originalmente em 1980. Kristeva (1980) descreve a abjeção como uma reação de horror ou repulsa que ocorre quando um(a) indivíduo(a) se depara com aquilo que percebe como uma violação das normas sociais ou pessoais. Ela aplica este conceito para analisar como elementos da identidade ou comportamentos que transgridem os limites culturais estabelecidos são frequentemente repudiados ou marginalizados pela sociedade.

É fundamental reconhecer que fenômenos como a abjeção, exclusão e a eliminação de corpos considerados desviantes estão profundamente entrelaçados ao

<sup>2</sup> Traduzido para o português pela pesquisadora como "Poderes do Horror: Um Ensaio sobre a Abjeção".





exercício do poder. Mbembe (2018, p. 5) discute esta dinâmica em termos de soberania, atribuindo ao poder a capacidade de "ditar quem pode viver e quem deve morrer". Neste contexto, a soberania manifesta-se não apenas na permissão da vida, mas também na facilitação da morte, caracterizando-se pelos atributos essenciais de controlar a mortalidade e definir a vida.

Ao integrar essas ideias com as discussões Foucaultianas sobre o biopoder, percebe-se uma conexão clara entre a soberania e o biopoder. Foucault (1976/2012) conceitua o biopoder como a capacidade do Estado de regular a vida humana através de uma série de intervenções e controles que vão desde a gestão da saúde pública até a regulação de práticas sociais e individuais. No contexto de Mbembe (2018), o poder soberano estende-se para incluir a prerrogativa de fazer morrer ou deixar viver, refletindo uma faceta mais sombria do biopoder.

Essa análise revela como as práticas de poder são aplicadas não apenas para sustentar a vida, mas também para orquestrar a exclusão e até a eliminação de indivíduos dentro de uma estrutura social, onde corpos desviantes são frequentemente alvo de abjeção e violência. Portanto, a discussão em torno do biopoder e da soberania é crucial para entender as complexas relações entre poder, vida e morte, especialmente no que se refere aos grupos marginalizados e às dinâmicas de inclusão e exclusão nas sociedades contemporâneas (MBEMBE, 2018).

## **5 IDEOLOGIA, CLASSE E CISNORMATIVIDADE: A DOMINAÇÃO IDEOLÓGICA E A MARGINALIZAÇÃO DE IDENTIDADES TRANS-TRAVESTIS**

No contexto dos estudos sociológicos de base marxistas, conforme discutido por Grespan (2021), a ideologia é compreendida como um conjunto de ideias e concepções que, ao representar os interesses de uma classe específica, aspira a universalidade, projetando a perspectiva particular dessa classe sobre a totalidade da sociedade. Essa caracterização de ideologia vai além da simples noção de um produto ou reflexo social; ela é vista como um componente crítico e atuante na dinâmica da luta de classes, possuindo um papel instrumental na manutenção e legitimação do poder de uma classe dominante.

Este processo ideológico, portanto, não é apenas um mecanismo de distorção da realidade, mas também um instrumento de controle e coerção que atua no nível da





consciência e da cultura, influenciando as maneiras como as pessoas compreendem a si mesmas, suas relações sociais e o mundo ao redor. Em última análise, a ideologia serve como uma ferramenta chave nas mãos da classe dominante para a reprodução das relações de poder existentes, fazendo com que a ordem social vigente seja vista como natural e imutável, e, dessa forma, contribuindo para a perpetuação do *status quo* (GRESPLAN, 2021).

Em "A Ideologia Alemã", Marx e Engels (1818-1883, 2007) avançam a compreensão de que as ideias da classe dominante são, em cada período histórico, as ideias dominantes na sociedade. Esse princípio reflete a noção de que a classe que detém o poder material na sociedade — ou seja, os meios de produção e as relações produtivas — também exerce domínio no campo das ideias, configurando a superestrutura ideológica. Portanto, o poder material dominante de uma classe se manifesta duplamente: como força material e como força ideológica hegemônica.

Esta concepção destaca que as ideias dominantes funcionam essencialmente como a expressão ideológica dos interesses materiais e das posições sociais da classe dominante, sendo projetadas como o ideal a ser aspirado por toda a sociedade. Tais ideias não são reconhecidas como sendo específicas de uma classe; ao contrário, são apresentadas e percebidas como universais, naturais e inevitáveis, mascarando as relações de dominação e exploração subjacentes à sua propagação (MARX; ENGELS, 2007).

Marx e Engels (2007) argumentam que, ao longo da história, as classes dominantes têm utilizado a produção ideológica — englobando a cultura, a religião, a educação, entre outros campos — como um meio para consolidar e legitimar seu controle sobre a sociedade. Isso implica que as concepções de mundo, as normas morais, as visões políticas e os valores estéticos predominantes em qualquer época tendem a refletir e reforçar os interesses e a visão de mundo da classe dominante, contribuindo para a manutenção da estrutura social existente e para a perpetuação das relações de poder vigentes.

Engels (2022), ao enfatizar que uma classe não poderia existir sem a outra, reflete a dialética inerente à teoria marxista das classes sociais. Essa perspectiva reconhece que as classes sociais são definidas e moldadas reciprocamente por suas relações antagônicas: a existência de uma classe dominante pressupõe a existência de uma classe dominada, e vice-versa. O conflito entre essas classes é visto como o motor da história e um catalisador para a mudança social, na medida em que as lutas





de classes fomentam transformações nas estruturas econômicas, políticas e sociais da sociedade (MARX; ENGELS, 2010).

Esta visão, compartilhada por Marx (2010, 2017) e Engels (2010, 2022) destaca o papel central das lutas de classes na análise e compreensão da dinâmica social, política e econômica. Ela também aponta para a função do Estado como um mecanismo de manutenção e reforço das desigualdades de classe, sob a égide da classe dominante. A teoria marxista continua a oferecer uma lente crítica para examinar as relações de poder e os conflitos sociais, enfatizando a necessidade de uma transformação radical das condições existentes.

Ao empreender uma análise dos estudos trans-travestis dentro de uma moldura teórica marxista, é essencial sublinhar que a compreensão dessas questões exige uma abordagem que integre a perspectiva de classe às intersecções de raça, classe social, gênero, identidade de gênero e sexualidade, entre outros aspectos. Este enfoque reconhece que as dinâmicas de dominação e opressão são multifacetadas e que as experiências de indivíduos(as) trans-travestis são profundamente influenciados(as) por sua posição dentro dessas estruturas interseccionais (COLLINS; BILGE, 2021; BENTO, 2022).

A inclusão de uma perspectiva de classe na análise dos estudos trans-travestis ilumina como as desigualdades econômicas e o acesso a recursos impactam diretamente as experiências de vida das pessoas transgêneras, incluindo sua capacidade de acessar cuidados de saúde, educação e oportunidades de emprego. Além disso, ao considerar a interseccionalidade, torna-se evidente que a opressão vivenciada pelas trans-travestilidades não pode ser plenamente compreendida sem levar em conta como raça, classe, gênero e sexualidade se entrelaçam de maneiras complexas, contribuindo para formas singulares de discriminação e exclusão (COLLINS; BILGE, 2021).

A discussão interseccional dos poderes, tanto materiais quanto ideológicos, é crucial para compreender os pactos narcísicos que estruturam as sociedades com base na premissa de que uma classe é superior à outra. Tal análise revela como determinadas classes sociais organizam-se exclusivamente em torno de seus próprios interesses e necessidades, configurando um mundo que serve apenas aos seus membros. Este processo marginaliza e descredita outras identidades e experiências, fechando as avenidas por onde poderiam emergir diferentes perspectivas identitárias (AKOTIRENE, 2019; BENTO, 2022).







Em sua obra "O Pacto da Branquitude", a psicóloga e ativista brasileira Bento (2022), reconhecida por sua dedicação à igualdade racial e de gênero, realiza uma análise das relações raciais no Brasil. A autora desafia a ideia enraizada de que o racismo é um "problema negro", redirecionando o foco para as estruturas de poder e privilégio que moldam as relações étnico-raciais. Introduzindo o conceito de "pacto narcísico da branquitude", ela revela uma cumplicidade tácita, embora evidente nas atitudes cotidianas, que sustenta e perpetua os privilégios das pessoas brancas em detrimento das comunidades negras. Esse pacto fortalece as relações de dominação e permeia diversos setores da sociedade, incluindo a política, a cultura e a economia, assegurando benefícios contínuos para um grupo específico, enquanto impõe condições de vida adversas e aumenta a vulnerabilidade do grupo oprimido.

Bento (2022) propõe, assim, uma reflexão profunda sobre a branquitude como um mecanismo de dominação, evidenciando como os privilégios e as desigualdades são tecidos nas estruturas sociais, culturais e econômicas do Brasil. Ao fazê-lo, a autora não somente questiona as bases da desigualdade racial no país, mas também convoca uma revisão crítica dos pactos sociais que sustentam essas hierarquias.

O conceito de "pacto da branquitude" elucidado por Bento (2022) abre espaço para reconhecer a existência de outros pactos sociais similares, como os relacionados ao gênero e à sexualidade, que operam na manutenção de privilégios e na perpetuação de dinâmicas de exclusão. Essa ideia encontra ressonância nos estudos de Pfeil e Pfeil (2024a, 2024b), que identificam uma cumplicidade cisgênera presente na sociedade.

De acordo com Pfeil e Pfeil (2024a), a cisgeneridade, enquanto parte integrante das estruturas coloniais – incluindo o poder da branquitude –, funciona como um referencial próprio na sustentação de “pactos narcísicos”. Para esses teóricos, o pacto narcísico da cisgeneridade emerge especialmente da busca por autopreservação diante de uma possível “desuniversalização” de sua hegemonia, o que se revela na resistência em nomear sua própria condição cisgênera.

Pfeil e Pfeil (2024a) argumentam que essa aliança da cisgeneridade não ocorre apenas com a branquitude, mas também se estende a outros marcadores de dominação, como a heterossexualidade, a endossexualidade e a corponormatividade. O pacto narcísico da cisgeneridade, contudo, define-se particularmente nas dinâmicas institucionais, onde seus agentes utilizam conhecimentos científicos para reforçar “o





estereótipo biomédico da transexualidade como ódio ao próprio corpo, sofrimento disfórico e determinada conjuntura familiar” (PFEIL; PFEIL, 2024a, p. 1578).

A performance corporal e social sustenta estereótipos cisgêneros sobre a transgeneridade; e, quando tais estereótipos não são performados, o pacto narcísico da cisgeneridade é questionado. Isso promove uma incongruência entre as expectativas da cis-colonização em relação aos corpos trans-travestis e as vivências singulares e plurais destes corpos, que não seguem o paradigma cisnormativo. Essas são, portanto, expectativas impostas por um “eu”, que, ainda que evite e se ofenda pela nomeação, é cisgênero (PFEIL; PFEIL, 2024a).

Ao nomear essa cisgeneridade, rompe-se com a imperiosidade e a supremacia de seus discursos legitimados por uma ciência que se defende — independentemente de seus pressupostos teóricos, metodológicos e práticos — e que é confirmada e legitimada pela comunidade científica característica da cumplicidade narcísica da cisgeneridade. Assim, a busca pela autopreservação leva a cisgeneridade, quando nomeada, a se sentir ofendida (PFEIL; PFEIL, 2024a). Segundo Pfeil e Pfeil (2024b, p. 6):

A nomeação do corpo trans pela cisgeneridade preconiza a incompreensão da cisgeneridade para com a transexualidade, pois trata-se não da nomeação da transexualidade em si, mas de fantasias cisgêneras sobre o que significa ser uma pessoa trans – como se houvesse um único significado.

Nesse sentido, observam-se posturas depreciativas, de desdém e jocosas por parte da cumplicidade cisgênera narcísica, especialmente quando estas atitudes provêm de posições de poder. Esses agentes atribuem a si mesmos a autoridade e a capacidade de delinear e descrever estruturas diagnósticas que justificam, a partir de suas ciências defendidas e promovidas, discursos e práticas patologizantes (PFEIL; PFEIL, 2024b).

Assim, quando a transgeneridade adota a mesma postura de nomeação que a cisgeneridade, isso resulta na violação de uma “norma instituída como natural” (PFEIL; PFEIL, 2024b, p. 6). Desse modo, torna-se possível identificar o pacto narcísico da cisgeneridade em ação, operando por meio de “mecanismos políticos e institucionais em postura defensiva” (PFEIL; PFEIL, 2024b, p. 6).

É na prática de nomeação cisgênera – ou na categorização daquele que é visto como o outro – que surgem mecanismos de defesa em projetos negacionistas, onde





o “sujeito projeta no outro aquilo que rejeita em si” mesmo (PFEIL; PFEIL, 2024b, p. 6). A dificuldade de romper com essas práticas perniciosas de nomeação é sustentada e protegida pelo pacto narcísico que busca a preservação da universalização (KILOMBA, 2019; PFEIL; PFEIL, 2024b).

Ao explorar a temática da cisgeneridade, é crucial destacar a cisnormatividade, que se refere aos regimes políticos e às estruturas sociais que normalizam e privilegiam identidades de gênero cisgênero em detrimento de identidades transgênero e não-binárias. Essas discussões esclarecem como as identidades de gênero e as sexualidades são moldadas, restritas e definidas dentro de um espectro de poder que favorece a cisgeneridade como a norma (JESUS, 2012; RODOVALHO, 2017). Este cenário dá origem a uma complexidade de forças e contradições que permeiam a experiência humana, submetendo certas pessoas à LGBTfobia, e mais especificamente, à homo-transfobia (CORNEJO, 2020).

A invenção da palavra "cisgênero" ocorreu no final do século 20, ganhando maior proeminência no século 21. Este conceito, no entanto, tem a capacidade de designar pessoas que não se identificam no espectro identitário transgênero, mas que, antes da existência desses termos, mantinha-se enquanto a norma. A cisgeneridade também se revelou crucial para denunciar as violências contra a comunidade transvesti que era, compulsoriamente, subordinada às normas sociais impostas (BONASSI, 2017).

As três primeiras letras da palavra "cisgênero", o "cis", têm origem latina e significam "anterior" ou "interior". Quando relacionadas a espaços, referem-se a um lugar próximo ou do mesmo lado (BONASSI, 2017). Portanto, uma pessoa cisgênera é aquela que recebeu uma designação de gênero ao nascer, com base na leitura social de seus órgãos genitais (sexo), e mantém essa atribuição ao longo de sua vida (BONASSI, 2017).

A autora, linguista, pesquisadora e ativista transfeminista, Rodovalho (2017), oferece uma contribuição significativa ao explicar que tanto o termo "cis" quanto "trans", antes de qualquer definição, possuem uma dimensão metafórica. Em seu texto "O cis pelo trans", Rodovalho (2017) argumenta que podemos encontrar o "cis" em palavras conhecidas, como "Cisjordânia", "Cisplatina" e "Cisalpino", entre outras. Da mesma forma, há palavras que incorporam o "trans", como "Transamazônica", "Transatlântico", "Transalpino" etc.





Utilizando uma metáfora da química orgânica, Rodovalho (2017) explora como "cis" e "trans" são átomos. Quando o primeiro é dividido ao meio, permanece do mesmo lado ou plano, enquanto o "trans", ao ser seccionado, fica em lados opostos. A partir dessa perspectiva, a autora se aproxima da definição etimológica do dicionário Houaiss, conceituando "cis" como algo que fica "do lado de cá" ou em "oposição ao trans" (p. 365). Nas palavras da autora:

Metáforas, sempre metáforas. Aquilo que cruza, que transpassa, que atravessa e aquilo que permanece sempre dum mesmo lado, que margeia, que não cruza, que deixa de cruzar, tudo em função duma dada linha. É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? (RODOVALHO, 2017, p. 365).

No âmbito dessas discussões, Rodovalho (2017) identifica os responsáveis pela nomeação dos termos "cis" e "trans": o discurso médico. Nesse sentido, o cis foi categorizado como um "não-trans", enquanto o trans representava a forma "peculiar de existir" e de "reivindicar existência" (p. 365). De acordo com as observações da pesquisadora, o termo cis só foi introduzido muitos anos após a criação do termo trans, indicando que em um passado distante, não havia espaço para pessoas reivindicarem uma existência que divergisse daquela prevista com base em seus órgãos genitais (RODOVALHO, 2017).

Isso implica que, em outrora, não havia a possibilidade real de considerar a existência de corpos trans-travestis, uma vez que a violência transfóbica estava presente para eliminar aqueles que se atrevessem a desafiar as normas que sustentavam a cisnormatividade. Portanto, as formas de existência humana que se impunham como normais, como verdade absoluta, eram tratadas como axiomas. Nesse contexto, entre a opressão silenciosa dos armários e as impossibilidades impostas, criou-se a falsa impressão de que as pessoas trans-travestis "inexistiam ou de que desexistiram" (RODOVALHO, 2017, p. 366).

Das atuais definições de "transgênero" ou "trans", referem-se àqueles(as) que não se identificam com o gênero designado ao nascimento (JESUS, 2012). Dentro do espectro da transgeneridade, também existem pessoas que não se identificam com nenhum dos gêneros tradicionais ou que transitam entre eles. Jesus (2012) lança luz sobre termos fundamentais para o debate sobre transgeneridade, como gênero e sexo, e esclarece que o primeiro é uma construção social, enquanto o segundo é uma característica biológica. Em relação ao caráter biológico do sexo, a autora ressalta





que este não pode determinar a identidade de gênero, pois está limitado a características anatômicas e biológicas, sendo incapaz de definir o "comportamento masculino ou feminino das pessoas" (JESUS, 2012, p. 41).

Jesus (2012) argumenta que o comportamento humano é influenciado pela cultura, que é moldada de acordo com a sociedade em que o(a) indivíduo(a) está inserido(a). Portanto, enfatiza que nos diálogos sobre identidades de gênero, o foco não deve ser o debate cromossômico, mas sim a autopercepção, o autorreconhecimento e a expressão social que os seres humanos adotam em relação ao gênero. Nas palavras da teórica: "Se adotamos ou não determinados modelos e papéis de gênero, isso pode independe de nossos órgãos genitais, dos cromossomos ou de alguns níveis hormonais" (JESUS, 2012, p. 41).

Os instrumentos desenvolvidos pelo pensamento social predominante para controlar aqueles(as) que se desviam de seus modelos estabelecidos, perpetuando essas normas, são evidenciados por Rodovalho (2017) e Bonassi (2017). Nesse contexto, a compreensão dos mecanismos de biopoder, dos pactos cisgêneros e das formulações de representações sociais sobre as indivíduos transfemininas, emerge como essencial para analisar os intrincados caminhos do tempo em suas vidas, destacando a urgência de uma abordagem crítica e transformadora no enfrentamento das estruturas que perpetuam tais práticas.

Tendo em vista esta discussão, torna-se perceptível que a ideologia tem a função explícita de justificar a dominação exercida pela classe detentora do poder econômico e político, trabalhando para naturalizar e perpetuar essa dominação como se fosse um estado de coisas inevitável e universalmente aceitável. Além disso, a ideologia se esforça para se estabelecer na consciência das classes dominadas, cicatrizadas como "minorias", moldando sua consciência da realidade de maneira a obstruir a percepção das contradições sociais e das possibilidades de resistência e transformação social (GRESPLAN, 2021).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o conteúdo analisado, este estudo evidenciou como as ideologias dominantes e os pactos sociais estruturados na cisnormatividade perpetuam a marginalização e a violência contra pessoas trans-travestis. Ficou





evidente que a naturalização da cisgeneridade reforça o estigma e a abjeção, deslegitimando corpos e identidades que desafiam normas de gênero hegemônicas. Esses mecanismos, sustentados por discursos institucionais e científicos, contribuem para a exclusão social e a negação de cidadania, demonstrando o impacto profundo das estruturas de poder na manutenção das desigualdades.

Frente a isso, reafirma-se a necessidade de revisitar normas socioculturais e práticas institucionais que sustentam essas dinâmicas. Este trabalho, portanto, busca promover a desconstrução de pactos (cis)narcísicos, propondo reflexões críticas sobre as formas de exclusão e invisibilização das pluralidades identitárias. Para avançar rumo a uma sociedade mais justa e equitativa, é imprescindível legitimar a diversidade de corpos e identidades, promovendo a inclusão e combatendo as estruturas que alimentam o preconceito e a violência

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, L. N. Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/7600>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BAGAGLI, B.; ATHAYDE, T. O pânico antitrans e a cisnormatividade. Revista Cult, n. 290, p. 18-21, fev. 2023. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-panico-antitrans-e-cisnormatividade/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BECKER, H. S. Outsiders: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENEVIDES, B. G. Transfobia é, antes de tudo, um desvio moral. Medium, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://brunabenevidex.medium.com/transfobia-%C3%A9-antes-de-tudo-um-desvio-moral-eb2df4bb8616>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BENTO, B. Brasil: país do transfeminicídio. Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [https://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](https://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf). Acesso em: 01 jun. 2024.

BENTO, B. Transviad@s: Gênero, sexualidade e direitos humanos. EDUFBA, 2017.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.





BONASSI, B. C. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182706>. Acesso em: 8 nov. 2024.

BUTLER, J. Vida precária: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COLLINS, P. H; BILGE, S. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORNEJO, G. Fronteiras que matam: autoritarismos e homo-transfobias. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 13, n. 1, p. 1-14, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/26820>. Acesso em: 8 nov. 2024.

Dicionário Online de Português. “Espantalho”. 2009-2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/espantalho/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Tradução de Edmilson Costa. Edição especial. Barueri: Edipro, 2022.

FIGARI, C. E.; DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. Entre a perversão e a dissidência: práticas sexuais e de gênero não normativas. Cadernos Pagu, n. 33, p. 249-280, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38118773019.pdf>. Acesso em: 19 maio 2024.

FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GRESPLAN, J. Marx: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021.

IAZZETTI, B. D.; MASCARENHAS, R. Do “Cisminário Queer” ao “Caso Miskolci”: traçando controvérsias. *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74846>. Acesso em: 13 nov. 2024.

JESUS, J. G. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH, 1., 2012. Disponível em: <https://diversidadexual.abeh.org/anais2012>. Acesso em: 19 maio 2024.





JESUS, J. G. Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. *História Agora*, v. 16, n. 2, jan. 2013, p. 101-123. Disponível em: <https://historiaagora.com.br/v16n2>. Acesso em: 20 mai. 2024.

KAFKA, F. "Um relato para uma academia". In: *Essencial Franz Kafka*. Tradução, seleção e comentários de Modesto Carone. São Paulo: Penguin/Companhia, 2016.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 267-272, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/gPC5BsmLqFS7rdRWmSrDc3q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2024.

KILOMBA, G.. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror: An Essay on Abjection*. New York: Columbia University Press, 1982.

LE BRETON, D. *Adeus ao corpo*. Campinas: Papirus, 2003.

LE BRETON, D. *Sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2021.

LOURO, G. L.. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MARTINS, L. V. R. O espantalho dos Direitos Humanos nas redes sociais: uma análise das interações diante de postagens de veículos jornalísticos sobre o caso Lázaro Barbosa. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/handle/prefix/7298>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 101-128, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.







PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. O pacto cisgênero da recusa: da negação de si à nomeação do outro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2024, Florianópolis. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: [s.n.], 2024b. Disponível em: [https://www.academia.edu/123719648/Do\\_pacto\\_cisg%C3%AAnero\\_da\\_recusa\\_da\\_nega%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_si\\_%C3%A0\\_nomea%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_Outro](https://www.academia.edu/123719648/Do_pacto_cisg%C3%AAnero_da_recusa_da_nega%C3%A7%C3%A3o_de_si_%C3%A0_nomea%C3%A7%C3%A3o_do_Outro). Acesso em: 8 nov. 2024.

PFEIL, B. L.; PFEIL, C. L. Sobre o pacto narcísico da cisgeneridade e a ofensa de se desnaturalizar a diferença. In: CIÊNCIA E ARTE DO ENCONTRO: o Rio de Braços Abertos. Campina Grande: Realize Editora, 2024a. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/380786366\\_Sobre\\_o\\_pacto\\_narcisico\\_da\\_cisgeneridade\\_e\\_a\\_ofensa\\_de\\_se\\_desnaturalizar\\_a\\_diferenca](https://www.researchgate.net/publication/380786366_Sobre_o_pacto_narcisico_da_cisgeneridade_e_a_ofensa_de_se_desnaturalizar_a_diferenca). Acesso em: 8 nov. 2024.

PODESTÀ, L. L. Ensaio sobre o conceito de transfobia. Periódicus, Salvador, n. 11, v. 1, p. 363-380, mai.-out. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/355696439\\_Ensaio\\_sobre\\_o\\_conceito\\_de\\_transfobia/fulltext/6381612f7b0e356feb8486ba/Ensaio-sobre-o-conceito-de-transfobia.pdf](https://www.researchgate.net/publication/355696439_Ensaio_sobre_o_conceito_de_transfobia/fulltext/6381612f7b0e356feb8486ba/Ensaio-sobre-o-conceito-de-transfobia.pdf). Acesso em: 8 nov. 2024.

PRECIADO, P. B. Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas. São Paulo: n-1 edições, 2022.

REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educação & Sociedade, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/htcmPttvFjg4sb8rYT8CzPD/>. Acesso em: 8 nov. 2024.

RODOVALHO, A. M. Cis By Trans. Revista Estudos Feministas, v. 25, n. 1, p. 365–373, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBigK4DZgjXQkgn/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N. S.; NOGUEIRA, C. Corpos das/nas margens e vidas vulnerabilizadas: envelhecimento de pessoas trans. In: MAGALHÃES, S. I.; NOGUEIRA, C. (Coord.). Envelhecimento, gênero e sexualidades. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2021. p. 241-266.

SANTOS, D. L. L. Sobrevivi para contar: experiências escolares transgêneras na educação de jovens, adultos e idosos (EJAI). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43662>. Acesso em: 8 nov. 2024.

SIMAKAWA, V. V. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/123456789/78932>. Acesso em: 20 mai. 2024.

